



A IMIGRAÇÃO VENEZUELANA PARA CUIABÁ - MT

Felipe Schaeffer Bianchetti ¹

RESUMO

O presente trabalho busca fazer uma primeira aproximação sobre a inserção do imigrante venezuelano no mercado de trabalho nacional, mais especificamente da cidade de Cuiabá. Entende-se a migração enquanto mobilidade da força de trabalho e no atual contexto da mundialização do capital e da sua reestruturação produtiva, econômica e territorial, altera-se o quadro migratório com o crescimento da migração transnacional entre os países do hemisfério Sul. Contexto que faz emergir também uma nova morfologia do trabalho, na qual se constitui uma nova classe trabalhadora, em especial no referido hemisfério, que se expande principalmente no setor de serviços, mas também na indústria e agroindústria. Fatores que contribuem na compreensão de como o Brasil torna-se, nos primeiros anos do século XXI, um país de atração dessa migração transnacional Sul-Sul. Entretanto, a imigração venezuelana apresenta algumas particularidades, em que o fluxo migratório se eleva diante da crise humanitária no país de origem, e inicialmente apresenta saídas também para outros continentes, mas nos últimos 4 anos intensifica-se para os países latino-americanos em especial os fronteiriços. Esse imigrante é inserido no Brasil por meio de inéditas políticas públicas (como a Operação Acolhida) e diante do agravamento de uma crise econômica, com níveis altíssimos de desemprego, de reformas trabalhistas que aprofundam o processo de precarização de toda vida da classe trabalhadora nacional e dos atuais imigrantes.

Palavras-chave: Migração, Mobilidade, Precarização do trabalho.

RESUMEN

El presente trabajo busca una primera aproximación a respecto de la inserción del inmigrante venezolano en el mercado laboral nacional, más específicamente, de la ciudad de Cuiabá. Entiende-se la migración como movilidad de la fuerza de trabajo y en el actual contexto de mundialización del capital y su reestructuración productiva, económica y territorial, hay un cambio en el cuadro migratorio con el crecimiento de la migración transnacional entre los países del hemisferio Sur. Contexto que también conduce al surgimiento de una nueva morfología del trabajo, en la cual se constituye una nueva clase trabajadora, especialmente en el referido hemisfério, que se expande principalmente para el sector de servicios, pero también para la industria y la agroindustria. Factores que permiten comprender como Brasil se vuelve, en los primeros años del siglo XXI, en un país atractivo para esa migración transnacional Sur-Sur. Sin embargo, la inmigración venezolana presenta algunas particularidades, pues frente a la crisis humanitaria en el país de origen, tiene inicio un gran flujo migratorio, inicialmente con salidas también para otros continentes, pero que en los últimos 4 años se intensifica para los países latino-americanos, sobre todo los fronterizos. Ese inmigrante en Brasil es inserido por medio de políticas públicas novedosas (como la Operación Acolhida) y enfrenta el agravamiento de una crisis económica, con altos niveles de desempleo, de reformas laborales que profundizan el proceso de precariedad de toda la vida de la clase trabajadora nacional y de los actuales inmigrantes.

¹ Mestrando do Curso de Geografia da Universidade Federal do Mato Grosso - UFMT, felipesbianchetti@gmail.com.



Palabras clave: Migración, Movilidad, Precariedad del trabajo.

INTRODUÇÃO

Os processos de imigração historicamente no Brasil configuram-se como constituintes da classe trabalhadora. No atual contexto da mundialização do capital e de sua reestruturação produtiva, econômica e territorial, apresenta-se em Cuiabá (MT) um cenário similar ao nacional em que se destaca a imigração venezuelana e a inserção desse migrante no mercado de trabalho local.

Para esmiuçar esses conteúdos o presente trabalho se embasa teoricamente na concepção da migração, no âmbito das ciências sociais, entendida como mobilidade do trabalho, ou da força de trabalho. Assim, entende-se a migração como algo distinto do simples deslocamento de pessoas entre dois espaços pensados a priori, ao contrário, enquanto processo diretamente relacionado com a reestruturação econômica e territorial mundial, em que a mobilidade permite analisar a formação do sujeito que se mobiliza e que se territorializa, portanto, que produz espaço.

Nesse sentido, sob o modo capitalista de produção, a força de trabalho é transformada em mercadoria, com a diferença que não é produto de trabalho, mas uma mercadoria que produz outras mercadorias, portanto, o lucro. Entretanto, para que o capital possa se realizar, não basta despojar os trabalhadores dos meios de produção, mas também, este trabalhador deve ser livre para vender sua força de trabalho nos diferentes territórios preparados pelo capital para a produção.

“Se se afirmou que o capitalismo começava com a exploração da força de trabalho, é necessário acrescentar que ele só poderia nascer uma vez que o trabalhador tivesse adquirido esta mobilidade(...) do homem inteiramente livre do seu destino, ator da sua própria história, mas no sentido das contrariedades que lhe são impostas por esta procura de emprego. A mobilidade da força de trabalho surge então como uma condição necessária, se não suficiente, da gênese do capitalismo e como um índice do seu desenvolvimento”.
(GAUDEMAR, 1977, p.192)

Essa liberdade está intrinsecamente articulada à mobilidade para que possa se realizar. Ainda, segundo o autor, ela apresenta dois aspectos, o positivo, em que o trabalhador pode escolher o trabalho e o local onde exercê-lo, e o aspecto negativo, que conduz o trabalhador às exigências do capital que define as condições, ritmos, localizações e intensidades do trabalho. “Em ambos os casos, a força de trabalho deve ser



móvel, isto é, capaz de manter os locais preparados pelo capital, quer tenham sido escolhidos ou impostos.” (GAUDEMAR, 1977, p.190). Nesse sentido, entende-se que é essa mobilidade da força de trabalho que permite a consolidação do processo de territorialização do capital.

Dessa forma, a mobilidade do trabalho configura-se como uma característica da força de trabalho no modo de produção capitalista, propiciando não apenas a utilização dessa mercadoria bem como a própria acumulação do capital. Ademais, essa dupla liberdade, possibilita uma solução dialética, no âmbito teórico, da relação sujeito e objeto desse trabalhador, ou seja, supera a polêmica a respeito das definições sobre o sujeito que causa o deslocamento dentro do âmbito da questão migratória² (BOECHAT, 2019).

Assim, entende-se que analisar as políticas migratórias, que historicamente no Brasil, buscaram ocupar e produzir o território sob o modo capitalista, formando para tal uma classe trabalhadora precarizada e empobrecida, torna-se fundamental para desvelar as formações das territorialidades do capital e suas alianças com o Estado. Ademais, destaca-se que esse processo de constituição da classe trabalhadora nacional através das políticas migratórias sempre teve presente uma seletividade na escolha desse imigrante, buscando também um “embranquecimento” da população.

Para Vainer, as políticas migratórias se constituem como um posicionamento do Estado a respeito da distribuição da população trabalhadora no espaço, no território, mas que poucos são os esforços voltado para compreender esse papel governamental nas mobilizações de população, algo fundamental no processo (VAINER, 1986).

Nesse sentido, Boechat analisa a mobilidade do trabalho como uma formação social em constante processo, que ocupa e produz espaço, portanto, territorializa-se nos locais determinados pelo capital, formando conteúdos específicos de territorialidade. No caso das migrações, a mobilidade desse sujeito dentro de um território, buscando oportunidades de trabalho, atende, contraditoriamente, as necessidades do capital, transformando e reproduzindo seu território (BOECHAT, 2019).

² Para esta questão migratória nos baseamos em Póvoa Neto (1997, p.12), em que o autor, perante o desafio conceitual, político e metodológico, que resulta em ampla divergência e diversidade analítica, apresenta o termo como forma de unir esse campo de enfrentamento entre estudiosos e planejadores. Apresenta para tal três troncos teóricos, em que o trabalho aparece como central em sua análise.



Para Póvoa Neto o enfoque da mobilidade do trabalho, permite uma leitura mais aprofundada das continuidades e descontinuidades históricas das políticas migratórias propostas e efetivadas no Brasil.

“A história social brasileira (como a de outros países) pode ser lida, com grande proveito, à luz das iniciativas oficiais no sentido de direcionar, estimular, conter e monitorar fluxos migratórios. Outras iniciativas menos explícitas quanto à migração, mas igualmente passíveis de serem incluídas no campo da política migratória podem ser as políticas de colonização e ocupação de fronteiras, as de urbanização, as de desenvolvimento regional e as de implementação de grandes projetos hidrelétricos” (PÓVOA-NETO, 1997, p.20)

No caso do estado de Mato Grosso, as políticas migratórias fundamentam o processo de formação territorial, ou seja, articula-se políticas públicas de oferta de força de trabalho e de acesso à terra em prol do discurso de desenvolvimento econômico e “proteção” das fronteiras, afinal “a política de terras e a de mão de obra estão sempre relacionadas e ambas dependem, por sua vez, das fases do desenvolvimento econômico” (COSTA, p.171, 1998)³. Tem-se, assim com a descoberta do ouro no século XVIII, o primeiro fluxo migratório, para as vilas de Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade, com o intuito de explorar economicamente e proteger as fronteiras. Com o declínio da atividade de extração do ouro inicia-se a exploração de diamantes no século XIX e primeiras décadas do século XX. (VILARINHO NETO, 2002).

Ainda segundo o autor, essa fase do ciclo da mineração, foi efêmera e pouco contribuiu economicamente com o Estado, entretanto, foi o marco inicial da formação territorial mato-grossense, pois também provocou a introdução de práticas agrícolas e pecuárias que ainda são as bases da sustentação econômico-social do Mato Grosso. O efetivo processo de crescimento econômico e social tem início nos anos 1960, quando foi incorporado à Amazônia Legal e se iniciam os projetos rodoviários e programas governamentais de expansão para o oeste da fronteira agrícola brasileira (VILARINHO NETO, 2002).

³ A referida autora faz uma análise do período entre a independência e a proclamação da República, portanto no século XIX, mas com o objetivo de demonstrar como este período influenciou na manutenção de alguns problemas fundamentais na sociedade brasileira durante o século XX, e entende-se que essa relação entre políticas de terra e de distribuição de mão de obra, está entre as questões essenciais que tem origem nesse período republicano e que são mantidas hodiernamente.



Há, assim a expansão da ocupação capitalista, por meio da colonização que se estendeu até o final do século XX, em busca da ampliação do domínio territorial, pela exploração econômica do território, em detrimento da ocupação dos povos originários. Entende-se que, a territorialização capitalista não é possível sem o apoio do Estado, configurando este como o precursor e mantenedor desse processo que beneficia a produção e reprodução do capital, financeirizado ou não, e que permite a constituição da classe trabalhadora precarizada e empobrecida.

Dessa forma, segundo Vilarinho Neto, a partir dos anos 1960, o desenvolvimento do Estado esteve vinculado a esses processos de colonização, tanto na esfera particular como pública, e de revalorização dos núcleos urbanos existentes, fortalecendo as infraestruturas básicas na atração de migrantes e também atendendo às necessidades dos setores produtivos com a implementação de uma estrutura de serviços (VILARINHO NETO, 2002).

Similarmente, ocorre com a cidade de Cuiabá que conhece grande crescimento populacional a partir da década de 1970 e particularmente após a segunda metade dos anos 1990, perante o desenvolvimento do processo de industrialização da agricultura capitalista, mantendo o padrão fundiário calcado no latifúndio, que gera um processo de migração campo - cidade, pois diminui a necessidade de força de trabalho e impossibilita o acesso à terra.

Entretanto, destaca-se que essas políticas migratórias que consolidaram a formação territorial do Mato Grosso, foi realizada com movimentos de trabalhadores nacionais. Em relação à migração internacional, a quantidade é historicamente muito baixa. Segundo Peraro, após a Guerra do Paraguai, com a reabertura da navegação do Rio Paraguai, a província de Mato Grosso passa a receber imigrantes europeus e platinos. Assim, o censo de 1890 apresenta apenas 958 imigrantes na província. Um aumento significativo em relação aos 81 imigrantes do censo anterior de 1872. Considera, porém, que esse baixo número de imigrantes pode ter ocorrido uma falha por parte dos recenseadores e/ou uma sonegação de informação por parte dos imigrantes, levando em conta a proximidade da província e o considerável fluxo de imigrantes nesse período para outras partes do território nacional (PERARO, 2001).

Todavia, os dados de imigrantes residentes no estado de Mato Grosso no Censo IBGE de 2010, demonstram que o movimento migratório internacional para a região é de fato incipiente, afinal passados 120 anos haviam 812 imigrantes. Porém, desde o Censo



de 2010, o país conheceu dois grandes movimentos migratórios, dos haitianos e mais recentemente dos venezuelanos. Assim, tem-se uma ideia do impacto desses movimentos de trabalhadores para o estado de Mato Grosso, ao analisar os dados do Sistema de Registro Nacional Migratório⁴, da Polícia Federal disponíveis no Portal de Imigração, que mostram que em 2020, haviam 1.654 imigrantes residentes no estado.

Sabe-se, entretanto, que esses dados refletem uma dinâmica, a da mobilidade do trabalho, portanto, muitas vezes um local de residência hoje pode ser apenas o local de retirada de documentos, o que representa uma passagem em busca de uma monetarização visando novo deslocamento ou até mesmo por imposição do capital que oferece oportunidade de trabalho em seus territórios.

Para Vilarinho Neto, a cidade de Cuiabá hoje, influencia no desenvolvimento do Centro-Oeste e de toda Região Amazônica, pois se constituiu em um polo de desenvolvimento do Estado quanto às atividades econômicas, sociais, urbanas e de prestação de serviços. Esse avanço nas cidades mato-grossenses está subordinado a expansão do agronegócio, e para as indústrias, ainda em crescimento, destaca-se a de alimentos, de madeira, de grãos, mas ainda insuficiente para processar a grande produção do Estado. A cidade de Cuiabá constitui-se como possuidora do maior distrito industrial do Estado, bem como pelo setor de serviços e comércio, e como sede das grandes empresas do agronegócio (VILARINHO NETO, 2002).

Entende-se que a divisão social e territorial do trabalho corrobora para o crescimento da urbanização, fato que leva ao surgimento cada vez maior de cidades especializadas, que nascem modernas e urbanas, configuram-se como cidades do campo e não no campo, em especial com o processo de colonização do Centro-Oeste e da Amazônia. Dessa forma, a cidade torna-se o *locus* da regulação do que se faz no campo, fazendo desses lugares centros de transportes, de comunicações, polos de difusão de mensagens e ordens, estoques de meios de consumo, de sementes, de capital e implementos (SANTOS, 2005).

Salienta-se que no contexto atual da mundialização do capital e de seu processo de reestruturação econômica e territorial, altera-se também o quadro das migrações internacionais com o fortalecimento das migrações transnacionais Sul-Sul, ou seja, no

⁴ Na falta do Censo de 2020, optou-se por buscar algum dado que mostrasse a quantidade de residentes imigrantes no estado, mesmo que um levantamento de dados baseado em outra metodologia.



século XXI intensificam-se os movimentos migratórios entre países do sul global. Segundo Patarra, os movimentos migratórios internacionais atuais constituem a contrapartida da reestruturação territorial relacionada à reestruturação econômico-produtiva em escala global (PATARRA, 2006). Para Baeninger *et.all*, a imigração dos venezuelanos para o Brasil, altera o próprio papel e atuação do Estado no controle e distribuição, afinal, a Operação Acolhida⁵ foi estruturada com uma inédita articulação entre Estado e organizações não-governamentais. Dessa forma, a consolidação do Brasil na rota das migrações transnacionais Sul-Sul, traz novos fluxos migratórios, não mais homogêneos como pretendeu historicamente o Estado brasileiro, mas ao contrário, promovendo uma diversidade em sua composição, trazendo novos desafios, em que é a mobilidade do capital que caracteriza esses fluxos e não mais uma política de Estado, permitindo o surgimento de novos atores de proteção dos refugiados como as ONGs, organizações internacionais e as próprias redes estabelecidas entre os imigrantes (BAENINGER; DEMÉTRIO; DOMENICONI, 2020).

Ademais, esse contexto mundial de reestruturação produtiva do capital altera também as formas e relações de trabalho, com a constituição de uma “classe-que-vive-do-trabalho”. Nesse sentido, Antunes, argumenta que esse processo que se inicia nos anos 1970, leva no século XXI à bilhões de homens e mulheres que dependem exclusivamente do trabalho para sobreviver e que encontram cada vez mais situações instáveis, precárias ou vivenciam o flagelo do desemprego⁶. Entretanto, não se trata do fim do trabalho, ao contrário, consiste em uma nova morfologia do trabalho, com toda sua contradição, “a dialética espetacular do trabalho”, que emancipa e aliena, humaniza e sujeita, libera e escraviza (ANTUNES, 2018).

Nesse sentido, segundo o autor, não é possível falar do fim ou da retração da classe trabalhadora, afinal deve-se considerar o enorme contingente de trabalho existente, principalmente no hemisfério Sul global, mesmo com as profundas alterações desencadeadas nos primórdios da década de 1970 nos países centrais e sobretudo na década de 1980 nos países do Sul. Isso quer dizer que, mesmo com a tendência a aumentar

⁵ Força-tarefa humanitária promovida pelo governo federal em Roraima, em que se destaca o “ordenamento de fronteira” (com a regularização migratória), acolhimento e interiorização. Maiores informações em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/acolhida>

⁶ Ainda para o autor essa nova classe trabalhadora é composta pela “totalidade dos trabalhadores assalariados, em todas as suas distintas modalidades de inserção no mundo do trabalho, incluindo aqueles subempregados, na informalidade e desempregados” (ANTUNES, p.91, 2018).



o trabalho abstrato, que estrutura o capital, em detrimento do trabalho concreto, aparentemente reduzindo o proletariado industrial herdeiro da era taylorista fordista nos países centrais, existe uma contra tendência no hemisfério Sul, com a expansão de substancial contingente de trabalhadores e trabalhadoras, agora ligados principalmente ao setor de serviços, mas também da indústria e agroindústria, o “novo proletariado de serviços” (ANTUNES, 2018).

Assim, esse imigrante venezuelano encontra por um lado um aparato legal e uma estrutura de acolhida e interiorização com diversas organizações da sociedade civil e internacionais preocupadas com as questões humanitárias e dos direitos desses trabalhadores, mas por outro lado se depara com o processo de precarização do trabalho de perdas de direitos, de políticas neoliberais que buscam uma elevada extração de mais valia, fomentando a informalidade, a flexibilização e a terceirização do trabalho. Tal fato se agrava com a desregulamentação do mercado financeiro e do trabalho necessárias à reprodução do capital sob a hegemonia do capital financeiro. Situação que leva, segundo Antunes e Druck ao desemprego estrutural, em que esses modos informais e precários de contratação substituem o trabalho contratado e regulamentado dominante no período do taylorismo-fordismo (ANTUNES; DRUCK, 2015).

Corroborando para essa situação hodierna no país, a crise econômica e posterior crise política que culminou no impedimento de um governo democraticamente eleito, aprofundando a política neoliberal que já estava em vigor, porém agora com claro favorecimento ao mercado e aos empresários em detrimento da educação e da inserção qualificada da classe trabalhadora no mercado de trabalho. Nesse sentido, essas ações com claro viés economicista produzem políticas de precarização do trabalho, como a reforma da Previdência, que aumenta o tempo de contribuição do trabalhador para poder se aposentar, e a reforma trabalhista, que flexibiliza as formas de contratação, afastando o trabalhador das garantias e direitos previstos no Regime de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), promovidas a partir de 2015, deixam claro qual a aliança priorizada atualmente por parte do Estado. Destaca-se ainda, que tais reformas não promoveram em momento algum um crescimento econômico, nem muito menos da oferta de emprego, ao contrário, apenas estimularam um crescimento da informalidade, da precarização do trabalho, da perda de direitos, acarretando um alto índice de desemprego, que somado aos desalentados e aos trabalhadores subocupados, registra-se mais de 30 milhões de pessoas



no país, o que representa mais de um terço da população economicamente ativa, segundo dados da PNAD Contínua de 2020⁷.

Salienta-se, que a pandemia da Covid-19 agravou o quadro econômico e social do país e aprofundou a vulnerabilidade do imigrante venezuelano, bem como de toda população nacional, em especial a classe trabalhadora. Por um lado, as medidas tomadas pelo governo perante a crise sanitária, baseadas no negacionismo da ciência visando retomar o crescimento econômico a todo custo, mesmo que de milhões de vidas, só fez piorar todo o quadro econômico e social. A forma escolhida para enfrentar a pandemia, estendeu o período de fechamento do comércio, ademais, a falta de políticas de contenção nos custos de vida básicos da população, com o aumento de alimentos, do gás de cozinha, do combustível, do aluguel dos imóveis, somado ao baixo auxílio emergencial, provocou um aprofundamento e uma dispersão da precarização da vida. Por outro lado, ao fechar as fronteiras nacionais terrestres e aquáticas, acentuou a condição de vulnerabilidade do imigrante venezuelano. Afinal, perante a crise política, econômica, social e humanitária vivida pelo país vizinho, esse processo não cessou com a pandemia, e passou a ser feito por “troxa”, pagando coíotes para atravessar a fronteira com o Brasil. Dessa forma, surge a impossibilidade ou maior dificuldade de retirada de documentos o que só aumenta a vulnerabilidade desse sujeito social e favorece a precarização do trabalhador, inclusive sujeitados a relações de trabalho não capitalistas.

Ressalta-se ainda a entrada de indígenas do povo Warao nesse contexto migratório transnacional entre Venezuela e Brasil. Segundo estudo antropológico⁸ elaborado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR⁹), demonstra-se que a mobilidade não é uma característica originária do povo Warao. Esse processo decorre de uma série de intervenções no território desse povo, na região do Delta do Orinoco, a partir dos anos 1960 e mais intensamente a partir de 1990. Com isso, inicia-se um processo de deslocamento dessa população para as cidades venezuelanas, e no atual contexto de migração transnacional e de mobilidade do capital e sua reestruturação produtiva, somado à crise política na Venezuela, o deslocamento para outros países. Salienta-se que os povos

⁷ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/habitacao/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=31478&t=destaques>

⁸ Estudo intitulado *Os Warao no Brasil. Contribuições da antropologia para a proteção de indígenas refugiados e migrantes*. Disponível na página da ACNUR: <https://www.acnur.org/portugues/publicacoes/>

⁹ Agência da Organização das Nações Unidas (ONU) para Refugiados.



indígenas não são contemplados pela Operação Acolhida, que seguiu, mesmo no período pandêmico, com o Programa de Interiorização dos imigrantes venezuelanos. Tornados assim indocumentados em território nacional, o que somado à questão do idioma, muitos não falam o espanhol, torna a situação desses sujeitos sociais ainda mais vulnerável e suscetível à exploração, ao preconceito e à violência. Tal preconceito se expressa da leitura simplificadora da paisagem das cidades brasileiras onde se constata os indígenas pedindo dinheiro nos semáforos e ruas, e tratados como pedintes pela população local. No referido estudo antropológico da ACNUR, demonstra-se que a prática de pedir dinheiro na rua, se sustenta na mesma lógica que orienta a coleta de frutas e pequenos animais em ambiente natural, transportadas para outros espaços, tratando-se de uma estratégia adaptativa desenvolvida no contexto urbano e jamais um traço cultural tradicional desse povo. Ressalta-se a importância de uma política pública eficaz, no sentido de promover uma inserção social qualificada desses imigrantes, indígenas ou não, no território nacional, papel assumido por organizações da sociedade civil ou instituições religiosas perante a ineficiência e ausência estatal nesse processo.

Salienta-se, que o fechamento das fronteiras terrestres e aquáticas teve início em março de 2020 por meio da Portaria 120 que tratava exclusivamente da fronteira com a Venezuela, estendendo aos demais países fronteiriços o fechamento dias depois. Entretanto, em junho de 2021, por meio da Portaria 655, o governo incluiu um inciso que permitiu o fluxo fronteiriço para executar medidas de assistência emergencial para acolhimento e regularização migratória de pessoas em situação de extrema vulnerabilidade, o que, na prática permitiu a retomada do fluxo migratório na fronteira venezuelana em Roraima. Ademais, definiu a regularização migratória para quem ingressou clandestinamente no país no período entre as citadas Portarias e que, portanto, estavam indocumentadas.

METODOLOGIA E DISCUSSÃO

Após a revisão bibliográfica em que compreende-se a migração enquanto mobilidade da força de trabalho e no atual contexto de reestruturação econômica, territorial e produtiva do capital, inserida nos movimentos transnacionais Sul-Sul, passa-se para a análise de dados buscando quantificar esse movimento migratório e compreender a inserção desse imigrante no mercado de trabalho local, com a qualificação



desse dados secundários por meio de entrevistas que visam apreender as motivações desse sujeito social.

Entende-se que a imigração de venezuelanos ocorre devido a situação de grave crise humanitária vivida pelo país que possui diversas causas e origens¹⁰. Nesse sentido, compreende-se essencial analisar as “origens” e o “destino” desse grande contingente de imigrantes, buscando as causas econômicas, estruturais bem como as causas subjetivas de saída e de chegada desse sujeito social a novos países, buscando compreender o fenômeno migratório em sua totalidade.

Os dados aqui utilizados estão ainda em fase de sistematização e organização, portanto, servem mais para ilustrar um panorama e buscar uma discussão inicial sobre as causas da saída, o impacto desse movimento migratório para o Brasil e sua inserção no mercado de trabalho de Cuiabá.

Dessa forma, os dados do Relatório Anual sobre Imigração e Refúgio no Brasil, do Observatório das Migrações Internacionais, mostra que a entrada de imigrantes venezuelanos cresce a partir de 2015 e se intensifica a partir de 2017. Assim, se em 2014 foram registrados 346 migrantes de longo termo ou residentes vindos da Venezuela, em 2015 esse número passou a 605, quase o dobro. Em 2016, eram 1.829, em 2017, 6.624, em 2018, 23.549 e por fim em 2019 vieram 35.316. Nota-se o rápido crescimento da entrada desses imigrantes e isso apenas dos que se tornaram residentes. Os dados de solicitação de refúgio também dão a dimensão da quantidade de imigrantes entrando no Brasil em especial a partir de 2017. Em 2016 foram solicitados 2.601 pedidos de refúgio por imigrantes venezuelanos. Esse número passa para 16.999 em 2017, que representa 50% de todos pedidos de refúgio no país. Em 2018, são 61.391 solicitações, que representam 77% do total e em 2019 outros 53.713, equivalente a 65% do total de pedidos no Brasil no ano. Para o ano de 2020 ainda não estão compilados os dados, porém alguns estudos do Relatório, apontam para um decréscimo no número de imigrantes e solicitantes de refúgio, devido ao período pandêmico que levou ao fechamento das fronteiras terrestres, principal porta de entrada de venezuelanos no Brasil.

Outro dado do Relatório que chama a atenção refere-se ao rendimento médio dos imigrantes venezuelanos com vínculo formal de trabalho no Brasil no período de 2010 à 2019. Se em 2010 o rendimento médio do imigrante venezuelano no Brasil era de R\$

¹⁰ Essa discussão será desenvolvida na dissertação, porém está ainda em fase de construção, portanto não será aprofundada neste artigo.



19.189,00, atingindo o auge em 2012 com R\$ 20.389,00, a partir de 2015 conheceu uma queda vertiginosa. Nessa série, passa de R\$ 16.476,00 em 2014 para R\$ 12.850 em 2015. Em 2016 uma queda de quase 50% passando para R\$ 7.783,00. Se mantém em 2017 em R\$ 6.261,00 e cai a partir de 2018 para R\$ 3.248,00 e em 2019 para R\$ 2.194,00.

Outro dado que chama a atenção, refere-se a estimativa feita em dezembro de 2019 pelas Nações Unidas¹¹, baseada nos dados oficiais dos governos, que demonstram o grande fluxo de venezuelanos, em especial para os países da América Latina. A Colômbia destaca-se como o maior destino de imigrantes venezuelanos, com 1.630.903, seguida por Peru com 863.613, Equador com 385.042, Chile com 371.163, Estados Unidos da América com 351.144, Espanha com 323.575 e o Brasil com 224.102. Entretanto, destaca-se o fato de que para os Estados Unidos os dados são apenas de 2015 a 2017, com quase 100.000 venezuelanos ingressando nesse país no período, passando de 255.520 para 351.144 e praticamente dobrando na Espanha, onde haviam em 2015, 165.895 passando em 2019 para 323.575 imigrantes venezuelanos.

Esses dados demonstram que o processo migratório venezuelano, que se intensifica a partir de 2015, não é homogêneo, apresentando nos dois primeiros anos a saída de sujeitos sociais com maior qualificação profissional e poder aquisitivo. Fato que já vinha ocorrendo na Venezuela desde a primeira década do século XXI. Segundo Álvarez, em 2005, devido aos contínuos enfrentamentos entre trabalhadores petroleiros e o governo, conduziram a imigração de 18.000 trabalhadores altamente qualificados do setor para os países vizinhos (ÁLVAREZ, 2018). Baeninger e Domeniconi também demonstram, no âmbito dessa dinâmica das migrações transnacionais Sul-Sul, o fluxo de profissionais altamente qualificados venezuelanos vindos ao Brasil nas últimas décadas, destacando a necessidade de compreender o fenômeno migratório contemporâneo como um fato social total, com elementos de “origem” e “destino”, mesmo que esses espaços sejam de trânsito e circulação migratória ao mesmo tempo (BAENINGER, DOMENICONI, 2019).

Nesse sentido, a partir de 2017, conjectura-se que é a classe trabalhadora venezuelana que vem imigrando para os países vizinhos, e que no Brasil, encontra um grande contingente de trabalhadores desempregados, aprofundando a situação de falta de

¹¹ Dados disponíveis em:

https://robuenosaires.iom.int/sites/robuenosaires/files/Informes/Tendencias_Migratorias_Nacionales_en_Americas_Venezuela_EN_Diciembre_2019_WEB.pdf



direitos, de contratações temporárias e flexíveis em suma, a precarização do trabalho e da vida da classe trabalhadora brasileira é estendida a esses imigrantes venezuelanos. Afinal, a lógica atual do capital, é a acumulação por meio da intensa exploração da força de trabalho, em que, segundo Antunes e Druck, a hegemonia da “lógica financeira” atinge todos os âmbitos da vida social, dá novo conteúdo ao modo de trabalho e de vida, amparados na volatilidade, efemeridade e descartabilidade sem limites, onde terceirização, informalidade, precarização, materialidade e imaterialidade são mecanismos essenciais à preservação e ampliação dessa lógica (ANTUNES; DRUCK, 2015). Nesse contexto, a imigração se apresenta historicamente em todo mundo como grande fonte de extração de mais valia.

Algumas entrevistas realizadas com esses sujeitos sociais entre 2019 e 2021 corroboram esse entendimento, em que todos revelam como motivação para saída da Venezuela, as situações de desemprego, de desabastecimento de produtos variados e da fome.

Uma das entrevistadas, encontrava-se ainda desempregada no Brasil, revelou que fez o caminho de mais de 400 quilômetros entre Ciudad Bolívar e a fronteira de Santa Elena de Uairén e Pacaraima a pé e pedindo carona. Concluiu que a situação na Venezuela ficou insustentável.

Um jovem casal recém interiorizado para a cidade, deixou a Venezuela após a conclusão dos estudos por parte da esposa e por conta do desemprego do marido. A esposa contou que fizeram o trajeto até a fronteira de ônibus e estavam hospedados na Pastoral do Migrante de Cuiabá, onde podem permanecer por até 60 dias, mas o marido já se encontrava empregado, trabalhando na construção civil. Manifestou, inclusive o desejo de permanecer em Cuiabá, pois com apenas 2 semanas na cidade conseguiram esse emprego.

Uma família do povo Warao contou que saiu de suas terras em decorrência de uma chuva intensa que destruiu toda plantação e porque na cidade mais próxima, Tucupita, havia forte escassez de alimento, onde enfrentava fila de dia inteiro para conseguir um pouco de arroz, então decidiu vir ao Brasil. Chegaram em 2017 e permaneceram em Manaus por 3 anos. Alguns parentes que vieram para Cuiabá disseram que a situação na cidade de Cuiabá era melhor que em Manaus e pagaram as passagens de ônibus para que eles pudessem se mudar. Recém chegados em outubro de 2020, fizeram o trajeto Manaus – Porto Velho – Cuiabá.



Outro casal, ambos empregados na Venezuela, tomou a decisão de vir para o Brasil perante a crescente dificuldade de encontrar um medicamento que o marido precisa tomar. Havia também a questão de o filho do casal já residir na região Sul do Brasil, assim mesmo que interiorizados para Cuiabá, consideram-se mais próximos dele. Na cidade de Cuiabá, o casal se encontrava empregado, e comentaram sobre o trabalho do marido, contratado como terceirizado em uma escola, forma contratual que causou estranhamento em decorrência da inexistência dessa relação trabalhista na Venezuela.

A inserção desse imigrante no mercado de trabalho de Cuiabá, pode ser analisada com os dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), disponibilizados no Portal de Imigração e também com informações disponibilizadas pela Pastoral do Migrante de Cuiabá. Destacando que a Pastoral presta um serviço essencial no acolhimento e na inserção dos imigrantes, pois disponibilizam estadia para os recém-chegados, fazem a intermediação com a Polícia Federal para auxiliar na retirada de documentos e ainda prestam importante ajuda na inserção laboral, pois contam com uma rede de empresas, fazendas e comércios que buscam a instituição para contratar mão de obra desses imigrantes.

Os dados da Rais e do Caged de 2020 e 2021 estão em sistematização, não permitindo ainda uma análise sobre a inserção desse imigrante no mercado de trabalho de Cuiabá. Entretanto, a série histórica de 2011 a 2019, demonstra que no município de Cuiabá, esse trabalhador sempre esteve vinculado majoritariamente aos setores de comércio, serviços e segmentos ligados a cadeia produtiva do agronegócio, com baixa remuneração, variando entre meio e dois salários mínimos.

Para o ano de 2020 conseguiu-se junto à Pastoral do Migrante de Cuiabá alguns dados referentes a venezuelanos que foram encaminhados para o mercado de trabalho. Entretanto, devido à pandemia, a Pastoral ficou fechada de março à agosto de 2020 e os dados são apenas até novembro. De toda forma, dos 38 imigrantes que foram destinados ao mercado de trabalho, 19 foram para atividades vinculadas à cadeia produtiva do agronegócio, principalmente frigoríficos e curtumes, 18 para o setor de comércio/serviços e 1 para a indústria.

Nesse sentido, segundo parecer da Pastoral do Migrante, muitos venezuelanos procuram a instituição para a retirada de documentos, mas já tem em mente a ida para o Sul do país, em especial para o estado de Santa Catarina, para trabalhar nos frigoríficos de frangos. Contexto que também se encontra em Cuiabá, em que prevalecem trabalhos



relacionados com segmentos que compoem o agronegócio, portanto, segundo relatos da Pastoral do Migrante, a maioria é alocada em frigoríficos, curtumes ou até mesmo fazendas, nas quais muitas vezes é contratada a família toda. Outra característica dessa imigração que chamou a atenção na instituição é a grande presença feminina, algo que na experiência anterior, com os haitianos as mulheres eram a minoria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que no contexto de reestruturação territorial, econômica e produtiva do capital, o Brasil, em especial nos primeiros 15 anos deste século, se apresentou como um lugar atrativo para a imigração, seguindo a tendência de crescimento da imigração transnacional Sul-Sul. Em relação aos venezuelanos, perante a crise humanitária no país de origem, a opção pelo Brasil passa também por outros fatores, como por exemplo a proximidade geográfica. Até porque o fenômeno não é homogêneo, e tem se caracterizado pela mobilidade da classe trabalhadora, principalmente a partir de 2017 e 2018, portanto busca-se também o local de destino por uma questão de maior facilidade de acesso, mesmo com todas dificuldades que enfrentam na travessia.

Entretanto, nos últimos anos, o Brasil tem vivido uma crise econômica, com índices de desemprego altíssimos, políticas neoliberais que culminaram em perda de direitos trabalhistas e em uma precarização das relações de trabalho e da própria vida do trabalhador nacional o que é estendido ao imigrante que busca se inserir no mercado de trabalho brasileiro. Fato que pode ser notado inclusive com o crescimento das imigrações de brasileiros que buscam entrar nos EUA que apresentam números recordes na história¹², inclusive com muitos imigrantes haitianos¹³ e venezuelanos deixando o Brasil, via Corumbá no Mato Grosso do Sul ou Assis Brasil no Acre, para iniciar nova travessia para ingressar aos EUA.

¹² Notícia de 22/10/2021, mostra o crescimento no número de imigrantes brasileiros cruzando a fronteira México – EUA no último ano. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2021/10/22/57-mil-detidos-numero-de-brasileiros-cruzando-fronteira-do-mexico-para-eua-aumenta-8-vezes-em-um-ano-e-bate-recorde.htm>. Acessado em 23/10/2021.

¹³ Notícia de 03/10/2021, fala das violências e perigos que passam os imigrantes que saem do Brasil rumo aos EUA, quando passam a floresta na Colômbia e Panamá. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/10/estupros-afogamentos-roubos-haitiana-conta-o-que-viu-na-perigosa-selva-a-caminho-dos-eua.shtml>. Acessado em 10/10/2021.



Portanto esse imigrante venezuelano, que segue buscando refúgio e recomeçar sua vida no país, encontra por um lado um aparato legal que busca, de forma inédita no Brasil, acolher, documentar e inserir esse trabalhador no mercado de trabalho, respeitando os direitos humanos básicos desses imigrantes, mas por outro lado encontra essa crise estrutural que afeta a vida e as relações de trabalho. Soma-se ainda, a gestão do governo ultraliberal frente à pandemia da covid-19 que aprofundou ainda mais as desigualdades sociais, expressas nas diferenças de classe, na segregação sócioespacial e econômica.

Assim, nessa primeira aproximação sobre a inserção desse imigrante no mercado de trabalho de Cuiabá, entendendo que a cidade é um polo regional de serviços relacionados ao agronegócio, nota-se que esses imigrantes se inserem principalmente em atividades com baixa remuneração nos setores de comércio e de serviços, em sua maioria relacionado com o agronegócio, ou com as atividades de empreendedorismo, algo fomentado na Pastoral em parceria com o Senai de Cuiabá. Uma nova faceta da precarização do trabalho que predomina nos modos e nas relações trabalhistas desses imigrantes atualmente.

REFERÊNCIAS

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiado. **Os Warao no Brasil: Contribuições da antropologia para a proteção de indígenas refugiados e migrantes.** 2021. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/04/WEB-Os-Warao-no-Brasil.pdf>. Acessado em 15/10/2021.

ÁLVAREZ, J. F. Apuntes para identificar causas y características de la migración de venezolanos a Colombia. In: **Migrações Venezuelanas.** Núcleo de Estudos da População Elza Berquó (NEPO). UNICAMP, 2018.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. 1ª ed. São Paulo. Boitempo. 2018.

ANTUNES, R.; DRUCK, G. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. In: **O Social em Questão,** Ano XVIII - nº 34 – 2015. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/Sm4618UP754c17102374.pdf>.



BAENINGER, R.; DOMENICONI, J. de O. S. A dinâmica Sul-Sul no contexto das migrações transnacionais qualificadas para o Brasil – um estudo a partir da imigração venezuelana. In: **XI Encontro Nacional sobre as Migrações**. São Paulo, 2019.

BAENINGER, R.; DEMÉTRIO, N. B.; DOMENICONI, J. de O. S. Migrações dirigidas: Estado e imigração venezuelana no Brasil. In: **IX Congresso de la Asociación Latinoamericana de Población**, 2020.

BOECHAT, C. de A. Mobilidade do trabalho no Brasil: A recepção da obra de Jean-Paul de Gaudemar e uma perspectiva crítica para os estudos migratórios. In: **Anais do XVI Simpurb**, Vitória: UFES, 2019, pp. 1197-1216.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M., **Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2020**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020/OBMigra_RELAT%C3%93RIO_ANUAL_2020.pdf. Acessado em: 25/06/2021. Brasília, DF: OBMigra, 2020.

COSTA, E. V. da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 6ª ed. São Paulo. Fundação Editora da UNESP. 1999.

GAUDEMAR, J. P.de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Tradução: Quintela, M. do R. Lisboa: Editora Estampa, 1977.

OBMIGRA. **Base harmonizada Rais – Caged**. 2011 a 2019. Base de dados do Observatório das Migrações Internacionais do Portal de Imigração do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados/1733-obmigra/dados/microdados/401201-base-de-dados-harmonizadas-ctps-raiss-caged>. Acessado em 27/06/2021.

OIM – Organização Internacional para as Migrações. **Tendencias Migratorias en las Américas**. Disponível em: <https://robuenosaires.iom.int/tendencias-y-datos-relevantes>. Acessado em 26/06/2021. Dezembro de 2019.



PATARRA, N. L.. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. **Estudos Avançados**. vol.20 no.57 São Paulo Maio/Ago. 2006.

PERARO, M. A. A imigração para Mato Grosso no século XIX – Mulheres paraguaias: estratégias e sociabilidades. In: **Anais da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Apeb**. S/n.

PÓVOA-NETO, H. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual. Novos desafios para a análise. **Revista Experimental** n° 2. São Paulo, março de 1997, p.11-24.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5ª Edição. São Paulo. Edusp. 2005.

VILARINHO NETO, C. S. **Metropolização regional: formação e consolidação da rede urbana do estado de Mato Grosso**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2002.